



ACÓRDÃO Nº1033/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11804/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Ismael Monteiro Mendes Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Jerson Santos Alvares Junior - OAB/AM 17421 e Bárbara Juliana Brito de Vasconcellos Dias – 15574.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1718/2023-MP/RCKS, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Luiz Henrique Pereira Mendes, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã, de responsabilidade do **Sr. Ismael Monteiro Mendes Filho**, na condição de Vereador-Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2021, em razão do achado 02, apontado pela Comissão de Inspeção e não sanado, com fundamento no art. 22, II, da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Ismael Monteiro Mendes Filho**, com fulcro no art. 54, VII, da Lei nº 2423/96, pela divergência detectada entre o Balanço Patrimonial e a Relação de Bens Adquiridos/Bens Patrimoniais em uso, apontada no achado 02, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos); e fixar **prazo de**



ACÓRDÃO Nº1033/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

11.3. Dar ciência ao Sr. Ismael Monteiro Mendes Filho, ao seu Patrono e à Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã sobre o teor da Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

11.4. Arquivar o processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 29 de Maio de 2023

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Luiz Henrique Pereira Mendes.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente
LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator, em substituição
FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1033/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Este documento foi assinado digitalmente por FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA em 31/05/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: BA99CF1E-DFF6D038-739C6A08-B13B6D00